

Um novo modelo para a formação de professores

*Dra. Bernardete Angelina Gatti**

O desenvolvimento e a paz sociais, confrontados com o crescimento populacional, colocam desafios contundentes e, a educação, através dos professores, certamente tem papel decisivo a desempenhar nesse cenário. A questão da formação dos professores tem sido um grande desafio para as políticas governamentais. Um dos fatores componentes deste desafio é a grande quantidade de professores necessários ao atendimento do crescente número de crianças e jovens que adentram as escolas. Nas duas últimas décadas, com a grande expansão que houve no Brasil das redes de ensino, e, a conseqüente ampliação da necessidade de professores, a formação destes não logrou, pelos estudos e avaliações disponíveis, prover o sistema educacional com profissionais em número suficiente com a qualificação adequada.

No Brasil, a formação de docentes para o nível fundamental e médio foi e é da alçada dos estados, embora caiba responsabilidade ao governo federal no papel de criador de políticas mais gerais, incentivador e apoiador de políticas regionais. O cenário das condições de formação dos professores não vem se mostrando animador pelos dados obtidos em inúmeras pesquisas e, pelo próprio desempenho dos sistemas e níveis de ensino, revelado por vários processos de avaliação. Reverter um quadro de falta de formação ou de formação inadequada não é processo para um dia ou alguns meses, mas para décadas. Não se faz milagres com a formação humana, mesmo com toda a tecnologia disponível.

A formação de professores para trabalhar com a educação infantil e os quatro primeiros anos do ensino fundamental, até aqui realizada em nível médio, ou a formação de docentes que se faz em nível superior, em universidades ou em faculdades isoladas, para toda a educação básica, vem mostrando problemas curriculares e, mesmo de qualidade, de tal forma que suscitou, nos últimos anos, iniciativas, tanto de ordem legal, no âmbito federal, como programas de governos estaduais e municipais, na tentativa de mudar o quadro atual da formação dos docentes e sua qualificação profissional. Algumas universidades também começaram, a partir de meados da década de oitenta, a desenvolver novas formas de prover esta formação, com iniciativas que criaram alternativas curriculares para o desenvolvimento deste profissional. Mas, foram iniciativas restritas que não foram expandidas para a maioria das instituições de ensino superior que se dedicam à formação de professores. Acrescente-se a essas questões o fato que esta área profissional - ser professor do ensino básico - tem se mostrado cada vez menos atraente para os jovens, especialmente pelas condições salariais e de carreira. Poucos jovens do sexo masculino a escolhem, e, recentemente, jovens do sexo feminino também vêm abandonando esta escolha e dirigindo-se a outras áreas.

Alguns dados

Em 1997 o Ministério da Educação realizou no país um Censo do Professor. Com este censo pode-se determinar a existência de 1.617 milhões de professores no país, dos quais 113 mil tinham, no máximo, formação escolar em nível fundamental, 710 mil formação em nível médio e 794 mil com nível superior. Constata-se que, de 1991 para 1998, houve uma melhora no nível de escolarização dos professores, nível este que em décadas anteriores mostrava-se muito aquém do necessário para o exercício da docência, nos vários níveis de ensino (pré-escolar, fundamental

e médio). Pelos dados obtidos observa-se que, de 1991 para 1998 houve um decréscimo no percentual de professores que trabalham no ensino fundamental e que têm formação inferior ao nível médio. Dentre estes professores, em 1991, 11% ainda tinha escolaridade inferior ao nível médio; já em 1998, encontra-se 7% nesta condição. Também, no que se refere aos professores que atuam no ensino médio, aumentou, na década, seu nível de escolarização, havendo 89% deles com nível superior de escolaridade em 1998, quando em 1991, 17% deles não possuía nível superior. Essa melhora verificou-se sobretudo entre os professores das regiões norte, nordeste e centro-oeste, vez que para o sul e sudeste o nível de formação escolar dos professores já se mostrava mais adequado às exigências para a docência em cada nível da educação básica.

Em estudo realizado por Gatti (1997), apresentado ao Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), encontram-se alguns dados que indicam carências na escolarização de professores em exercício, e que caracterizam situações que vêm merecendo atenção nas políticas de governos estaduais, através dos projetos de formação em serviço desses profissionais. Assinalamos alguns desses dados, para contribuir com a construção do cenário de desafio que traz essa questão às políticas educacionais. Por carência de escolaridade, a autora entende o percentual de professores que atua em um determinado nível de ensino sem ter a formação em nível escolar exigido pela legislação para o exercício da docência naquele nível. Assim, na educação infantil, a partir de uma série de dados do Serviço de Estatísticas do Ministério da Educação, aponta a existência de 53.859 professores com escolaridade igual ou inferior ao ensino fundamental e mais 11.225 com nível médio incompleto (opção magistério), quando estes deveriam, para trabalhar nesse nível de ensino, ter pelo menos o nível médio completo na habilitação magistério. No ensino fundamental, deve-se considerar duas situações: a) os professores que lecionam de 1ª a 4ª série, para os quais se exige ter pelo menos o curso médio completo, com habilitação magistério – aqui encontrava-se mais de 100 mil professores sem esse nível de escolaridade, os chamados professores "leigos", a maioria no nordeste do país; b) os professores de 5ª a 8ª série, para os quais se exige licenciatura em nível superior – nestas séries aponta-se aproximadamente 70 mil professores sem essa formação. No ensino médio, onde legalmente para o exercício profissional também é exigido curso superior, licenciatura, cerca de 30 mil docentes não tinham essa formação. Estes números sinalizam a dimensão do desafio para se melhorar a qualificação dos professores que atuam no nível básico de ensino no Brasil.

A autora citada agrega também a estes dados, resultados de pesquisas que mostram problemas sérios de qualidade nos cursos de formação de professores, tanto os de nível médio, opção magistério, como os de nível superior, as licenciaturas. Mostra, em seu trabalho, os problemas existentes na própria preparação dos docentes que atuam na formação dos futuros professores, os problemas na forma como o currículo se estrutura e também nos conteúdos que precisariam ser revistos e atualizados; aponta a falta de bons materiais e livros didáticos para dar apoio a essa formação, e, sobretudo a má implementação dos estágios que os professores em formação devem fazer, mas, que, em sua maioria não são realizados de forma adequada.

Como implicações das análises que apresenta, Gatti (op.cit.) propunha como necessárias as seguintes ações:

1. Repensar e reconstruir o contexto institucional em que os cursos de formação de professores se inserem. Propõe que se delineie um arcabouço básico, flexível, que tomará corpo diferenciado em diferentes lugares e condições, flexível também para acomodar mudanças que se mostrarem necessárias com o decorrer do tempo e as próprias mudanças de condições locais.

2. Atribuir salários e carreira minimamente dignos, tanto para os docentes dos cursos de formação como para os futuros professores na educação básica.
3. Criar exigências quanto à formação dos formadores e gerar formas de orientação aos professores que atuam na preparação de professores.
4. Dar novos sentidos aos currículos e trabalhos escolares nos cursos de magistério, nível médio, e nas licenciaturas (nível superior) - melhorar a composição dos conteúdos, aprimorar os métodos de ensino, melhorar a coordenação da formação específica (matemática, língua, história, etc.) com a formação pedagógica (metodologia e prática de ensino, didática, psicologia, etc.).
5. Desenvolver projetos de estágio em convênio com as redes de ensino, com obrigações mútuas bem definidas.
6. Estimular e apoiar a produção de materiais didáticos para a formação dos professores.
7. Incorporar a contribuição de pesquisas atuais em psicologia cognitiva e social que oferecem algumas contribuições para concretizar ações no ensino que podem facilitar a construção de características importantes para o desenvolvimento humano e social, relacionadas à construção de domínios de habilidades e competências sócio-cognitivas. Estas características, que podem ser trabalhadas tanto nos cursos pré-serviço como na educação continuada dos professores, podem ser assim resumidas: perceber os grandes padrões de sua área de trabalho e estudos, representar problemas em nível de profundidade e resolver problemas com pequena margem de erro, desenvolver e bem utilizar a memória, saber organizar as condições de tempo para analisar uma questão com qualidade, motivação e geração de condições para auto-aprendizagens e desenvolvimento pessoal, incorporação de comportamentos cooperativos.
8. Cuidar da educação continuada dos docentes, não como proposta esporádica mas, como programa contínuo. O foco desta formação continuada também deveria ser redirecionado, sendo, preferentemente, oferecida ao conjunto das equipes escolares e não apenas a sub-conjuntos de professores, por especialidade, como é tradição se fazer. Em aspectos específicos de certos conteúdos é claro que estará voltada para determinados professores, mas, quanto às questões curriculares, questões de aprendizagem, questões de gestão do cotidiano escolar, etc., não há efetividade em se trabalhar com os professores isolados de sua equipe de trabalho na escola. Os projetos de educação continuada precisam voltar-se a cada escola como um todo, abrangendo a todos os que vão trabalhar juntos.

Todos estes elementos podem ajudar, contribuindo para a superação de alguns dos problemas encontrados no desenvolvimento dos cursos de formação de professores e na proposta de novas concepções curriculares para a formação destes profissionais, visando oferecer, para as gerações vindouras, possibilidades de, na escola, construírem personalidades que contribuam para um desenvolvimento social e humano compatível com a preservação da própria humanidade, da natureza e, compatível também, com os avanços científicos e culturais alcançados pelos homens. No entanto, se este aspecto - currículo concebido como ação - ficar intocado, ações apenas estruturais, do tipo legislativo, não conseguirão introduzir mudanças substantivas no quadro constatado.

As novas perspectivas para a formação de professores

Os múltiplos trabalhos, pesquisas, seminários e discussões sobre a formação e o desempenho dos professores, produzidos no país, resultaram em algumas políticas públicas que foram implementadas ao longo da década de noventa.

Dentro do panorama legal, em nível federal, votou-se no Congresso Nacional, em dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que traz um capítulo todo sobre os profissionais da educação, propondo alterações de estrutura para esta formação e trazendo novas condições para o exercício e a carreira do magistério. Votou-se, também, emenda constitucional que vem permitindo redistribuir verbas públicas vinculadas à educação, para pagamento de professores, o que tem trazido em algumas regiões, aumento substancial, ainda que insuficiente, dos salários desses profissionais do ensino. O problema salarial vinha se mostrando variável importante na profissionalização de professores, como já apontamos, vez que os jovens eram atraídos para outras carreiras mais promissoras economicamente, o que contribuía para o déficit de professores, e, o aumento de sua substituição por pessoal não qualificado. Ainda, com o melhor equacionamento da distribuição das verbas para o ensino fundamental, estados e municípios desencadearam programas de educação continuada para os diferentes profissionais da educação (professores em exercício, diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos). Alguns destes programas receberam também financiamento externo e atingiram, em alguns estados, um volume considerável de profissionais. Por exemplo, no estado de São Paulo, mais de cem mil professores estaduais participaram do programa de educação continuada desencadeado pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com universidades e outras instituições que atuam na área educacional, entre 1995-1998.

No texto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o tratamento da questão dos profissionais da educação se faz em seu Título VI. Este texto toca em algumas questões substantivas, de princípios até. Lê-se aí que a formação dos profissionais da educação terá como fundamentos *"a íntima associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço"*, e, mediante o *"aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades"*. Privilegia, coerentemente, como eixo de formação a prática de ensino, que de fato reúne enquanto campo de conhecimento e arte, as condições de ser o palco da superação da fragmentação na formação dos professores, fragmentação esta que se mostra evidente nas estruturas dos cursos atuais. Propõe também a *"formação preferencial em nível superior"* e institui a Década da Educação, estipulando o prazo de dez anos para que somente sejam admitidos professores habilitados nesse nível para o exercício da docência na educação básica. O texto da lei inova, ainda, abrindo várias alternativas para a formação de professores, ao propor que esta se faça em *"institutos superiores de educação"*, com ou sem associação com universidades, ou com centros de educação superior, ou em *"escolas normais superiores"*. Estas instituições são novas na realidade brasileira e deverão contribuir para mudar as escolas atuais de formação de docentes. O Parágrafo Único do Art. 62, diz: *"Os institutos superiores de educação são instituições de nível superior, integradas ou não a universidades e centros de educação superior, e manterão: I. cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação dos docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II. programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; III. programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis."*

Outras inovações aparecem. Faculta-se, no texto aprovado, aos sistemas de ensino e às instituições formadoras de professores, parcelar essa formação e os programas de aperfeiçoamento, propiciando o desenvolvimento da formação em ciclos que alternem formação teórica e capacitação em serviço, por exemplo. Determina que qualquer tipo de formação docente para a educação básica deve ter no mínimo 300 horas de prática de ensino. Esta é uma forte

sinalização da importância atribuída à formação específica e aprofundada dos professores em questões de metodologias de ensino e um desafio para as atuais estruturas dos cursos de formação de professores.

A possibilidade de se ter institutos de educação, em nível superior, específicos para a formação de docentes para o ensino fundamental e médio, abre possibilidades para se romper com alguns dos problemas crônicos constatados ao longo do tempo quanto à desintegração e fragmentação dessa formação dentro das estruturas dos cursos superiores e das universidades, bem como, oferecer espaço à superação do aligeiramento na formação pedagógica dos licenciados, problema apontado reiteradamente nas pesquisas, e que, nas estruturas até aqui existentes para as licenciaturas, só vem sendo reforçado. Com as novas diretrizes curriculares para a formação de professores, estes institutos superiores de educação, e as escolas normais superiores, poderão desempenhar papel fundamental na reordenação do perfil dos professores e da educação continuada dos que já estão exercendo a docência.

Esta perspectiva vem de encontro às críticas, problemas e preocupações levantados nas pesquisas sobre formação de professores. Mas, a resposta a essa sinalização estará na prática cotidiana das instituições formadoras as quais têm mostrado, até aqui, algumas dificuldades em mudar a qualidade na oferta desses cursos. No entanto, com as discussões e seminários desenvolvidos nos últimos anos, especialmente após a promulgação da nova lei, aspectos importantes para a alteração qualitativa da formação pré-serviço de professores vêm sendo detalhados e, novas orientações começam a ser implantadas nas instituições formadoras. Com as recentes orientações curriculares elaboradas por comissões nacionais, compostas de representantes da área, melhor qualificação na formação de professores é esperável em médio prazo. Com as ações de formação em serviço e formação permanente, fundamentadas nas novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental e médio, amplamente discutidas, publicadas e disseminadas, espera-se em mais curto prazo, qualificar mais adequadamente os professores que já estão exercendo a docência.

A implementação dos aspectos novos trazidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está em curso, ao lado das iniciativas no âmbito dos currículos e dos materiais didáticos, ao lado também do desenvolvimento de projetos de educação de professores a distância, tão necessários nas condições de extensão territorial do país.

Bibliografia

Alves, Nilda. *Trajetórias e redes na formação de professores*. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 1998, 151 p.

Gatti, Bernardete A., *Formação de professores e carreira : problemas e movimentos de renovação*. Editora Autores Associados, Campinas, 1997, 119 p.

MEC/INEP. *Perfil do magistério da educação básica : Censo do Professor-97*. Ministério da Educação, Brasília D.F., 1999, 149 p.

UNESP. *Formação do educador e avaliação educacional*. Editora da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1999, Vs. 1, 2, 3 e 4.

* Coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas e

Conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.